

Os impactos territoriais dos programas POCTEP e PIS no distrito de Castelo Branco

Márcia Silva, Sandra Lima Coelho & João Moreira de Campos
Universidade da Beira Interior (UBI) & Católica Porto Business School (CPBS)

Sumário executivo

Em territórios de baixa densidade, a cultura tem vindo a ganhar relevância nas estratégias de intervenção local, em particular pela forma como tem sido mobilizada em articulação com objetivos de inclusão, participação e valorização territorial. A análise de nove projetos apoiados pelos programas POCTEP e Portugal Inovação Social, no distrito de Castelo Branco, mostra que o seu contributo se estende para além da programação e da oferta cultural. Nos projetos analisados, a cultura foi mobilizada para aproximar instituições, alargar formas de participação e criar maior proximidade com os territórios. Em vários casos, permitiu envolver públicos habitualmente afastados da oferta existente e consolidar redes de cooperação entre entidades. A principal fragilidade está na continuidade: quando o financiamento termina, muitas iniciativas perdem capacidade para manter equipas, sustentar parcerias e dar seguimento ao trabalho desenvolvido.

Recomendações

- Envolver as comunidades locais na conceção e implementação dos projetos
- Incentivar a cooperação intersectorial: público, privado e terceiro sector
- Reformular a avaliação do impacto cultural
- Conceber plataformas de monitorização cultural

Destinatário(s) do policy brief

Decisores políticos nacionais e regionais com responsabilidade na área da cultura e do desenvolvimento territorial; entidades gestoras dos programas POCTEP em Portugal e Espanha e Portugal Inovação Social; autarquias locais, organizações culturais e do terceiro setor que atuam em territórios de baixa densidade e transfronteiriços; Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Centro (CCDR), Direção-Geral das Artes (DGArtes), Turismo de Portugal, Agrupamento Europeu de Cooperação Territorial (AECT).

Introdução e Enquadramento do Problema

Um território não é apenas uma delimitação administrativa: é uma construção social, produzida por práticas, relações e dinâmicas de participação (Lefebvre, 1974; Haesbaert, 2004). O distrito de Castelo Branco é um território marcado por baixa densidade

populacional, envelhecimento demográfico e desigualdades persistentes no acesso a serviços, equipamentos e oportunidades de participação. À semelhança de outros territórios do interior, estas condições colocam



desafios concretos à coesão social, à fixação de população e à capacidade de ação local.

Neste contexto, a cultura tem vindo a assumir um papel crescente em estratégias de intervenção local, não apenas enquanto expressão artística ou simbólica, mas também como recurso capaz de aproximar atores, reforçar redes institucionais e criar condições de participação mais alargadas. Em territórios marcados por dispersão, isolamento e fragilidade das redes locais, este papel adquire particular relevância.

É neste enquadramento que se inscreve a análise dos programas POCTEP e Portugal Inovação Social no distrito de Castelo Branco. Entre 2014 e 2023, estes programas apoiaram projetos com objetivos distintos, mas próximos na forma como articulam cultura, intervenção social e dinâmica territorial.

Para sustentar esta análise, foram identificados nove projetos com dimensão cultural apoiados entre 2014 e 2023, quatro no âmbito do Portugal Inovação Social e cinco no âmbito do POCTEP. A investigação combinou análise documental, nove entrevistas semiestruturadas a entidades promotoras e parceiras e dois Living Labs participativos. Este trabalho permitiu construir um modelo de análise orientado para a avaliação do impacto cultural e territorial em contextos de baixa densidade, estruturando a leitura sobre o modo como estas iniciativas foram mobilizadas, os efeitos que produziram nas dinâmicas locais e as condições que condicionam a continuidade do trabalho desenvolvido após o termo do financiamento.

Principais Resultados

Os resultados organizam-se em torno de três aspetos centrais:

- a forma como a cultura foi mobilizada em resposta a problemas concretos dos territórios;
- as dinâmicas de cooperação e aprendizagem que estes projetos ajudaram a criar;
- as fragilidades que continuam a marcar a sua continuidade.

Esta leitura permite olhar para o impacto destes projetos para além das atividades realizadas, considerando também as relações, práticas e formas de trabalho que ajudaram a consolidar.

Nos projetos analisados, a cultura foi mobilizada em articulação com problemas concretos dos territórios, sobretudo em contextos marcados por isolamento, menor oferta cultural e fragilidade das redes locais. Em vários casos, foi usada para criar proximidade, envolver populações e reforçar relações entre instituições com percursos, escalas e recursos distintos.

Mais do que ampliar a programação, os projetos analisados criaram condições de acesso e participação em contextos onde estas tendem a ser mais limitadas. Em vários casos,

permitiram envolver públicos habitualmente afastados da oferta cultural, criar relações mais continuadas com os territórios e alargar a presença da cultura em contextos onde esta tende a surgir de forma mais descontínua.

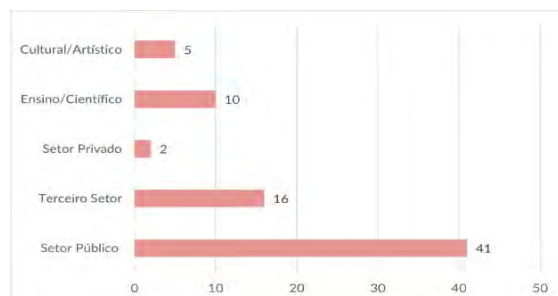
Os resultados mostram também que uma parte importante do impacto destes projetos não se encontra apenas nas atividades realizadas, mas nas relações que ajudaram a consolidar. As parcerias entre autarquias, escolas, associações e entidades culturais reforçaram redes de cooperação, facilitaram aprendizagens entre instituições e, em vários casos, criaram formas de trabalho que permaneceram para além da execução formal dos projetos.

No caso do POCTEP, a cooperação transfronteiriça teve particular relevância. Em vários projetos, permitiu aproximar entidades com problemas semelhantes, criar metodologias partilhadas e consolidar formas de colaboração que ultrapassaram a lógica administrativa da parceria.

Os dados recolhidos indicam também que estes projetos não se distribuem de forma homogênea no território. A sua concentração nos municípios com maior capacidade institucional sugere que o acesso ao

financiamento tende a favorecer contextos com estruturas organizacionais mais consolidadas. Ao mesmo tempo, a governação dos projetos assenta sobretudo em entidades do setor público e do terceiro setor, enquanto a participação do setor privado permanece pouco expressiva (Figura 1).

Figura 1 - Tipologia dos Atores Envolvidos nos Projetos



A principal fragilidade identificada prende-se com a continuidade. Quando o financiamento termina, muitas iniciativas perdem capacidade para manter equipas, sustentar parcerias e dar seguimento ao trabalho desenvolvido. É neste ponto que se torna mais visível o desfasamento entre o tempo do financiamento e o tempo necessário à consolidação destes processos.

Para além disso, ao longo da análise, tornou-se evidente que os modelos convencionais de avaliação de impacto são insuficientes para captar uma parte significativa dos efeitos produzidos por estes projetos. Dimensões como a criação de proximidade, o reforço de relações institucionais, a consolidação de redes ou a continuidade das práticas tendem a permanecer pouco visíveis quando a avaliação se centra sobretudo em métricas de atividade e execução. Foi a partir desta limitação que se desenvolveu um modelo participativo de avaliação do impacto cultural e territorial (Figura 2), construído com os atores envolvidos e orientado para dimensões menos visíveis, mas centrais, destes processos.

Figura 2 - Modelo de Avaliação do Impacto Cultural e Territorial



Opções de Política e Recomendações

Os resultados desta investigação permitem formular quatro recomendações dirigidas a decisores políticos, entidades financiadoras e agentes culturais que atuam em territórios de baixa densidade e transfronteiriços.

1. Envolver as comunidades locais na conceção e implementação dos projetos

- Adotar a cocriação enquanto procedimento institucional de avaliação.
- Organizar comissões de acompanhamento constituídas por representantes dos diversos atores sobre os quais incidem os projetos.
- Formar conselhos consultivos que englobem instituições e atores de ambos os lados da fronteira.
- Identificar práticas culturais enraizadas nas dinâmicas e respetivas realidades dos territórios.

2. Incentivar a cooperação intersectorial: público, privado e terceiro sector

- Criar mecanismos de financiamento que incentivem modelos colaborativos de governação, consórcios interinstitucionais ou formas de corresponsabilização.
- Estabelecer acordos de valor partilhado, nos quais se observe um alinhamento de interesses estratégicos.
- Constituir plataformas de governação partilhada, em que todos os sectores estejam representados e as decisões sejam tomadas em conjunto.

- Incentivar a mobilidade entre os três sectores, através de programas que fomentem a empatia e a adoção de linguagens comuns.

3. Reformular a avaliação do impacto cultural

- Reconhecer dimensões como capital social, confiança, pertença e transformação de práticas culturais.
- Incorporar mecanismos de avaliação diferida, com acompanhamento após o encerramento dos projetos.
- Incluir métricas abrangentes de acessibilidade, as quais considerem barreiras de natureza física, geográfica, financeira e ao nível das atitudes e perceções.
- Valorizar as dimensões identitária e patrimonial enquanto forma de preservação de saberes-fazer técnicos e de recuperação da memória.

4. Conceber plataformas de monitorização cultural

- Produzir, sistematizar e disseminar conhecimento sobre práticas, agentes e dinâmicas culturais.
- Reforçar a capacidade de ação e autonomia local através de informação partilhada.
- Dar visibilidade a redes, cooperação, participação, acessibilidade e inclusão.
- Articular a conceção e gestão das plataformas com instituições de ensino superior e à escala de múltiplos territórios.

Conclusão

Esta investigação demonstra que os programas POCTEP e PIS produziram impactos culturais, sociais e territoriais significativos no distrito de Castelo Branco. Entendidos como espaços de ação coletiva, estes projetos revelam a cultura não como sector autónomo, mas como um recurso de articulação territorial e de criação de vínculos sociais: geraram redes de colaboração interinstitucional, reforçaram identidades

territoriais e criaram oportunidades de participação em contextos marcados por desigualdade de acesso, despovoamento e isolamento. Contudo, a sustentabilidade destas iniciativas permanece estruturalmente dependente de financiamento externo. A ausência de mecanismos de continuidade após o fim dos projetos representa o principal obstáculo à consolidação dos ganhos obtidos. A principal ilação para políticas públicas



consiste em reconhecer que o impacto dos programas depende não apenas dos instrumentos financeiros, mas também das capacidades locais, das relações de confiança e das aprendizagens institucionais que permitem transformar financiamento em desenvolvimento territorial duradouro.

O modelo participativo de avaliação cultural desenvolvido no projeto constitui uma contribuição metodológica original. Ao deslocar o enfoque da avaliação dos *outputs* para os processos, relações e continuidades, este

modelo responde à necessidade de criar instrumentos de avaliação que sejam temporalmente sensíveis, territorialmente situados e capazes de captar capital social, identidade, inclusão e autonomia local. A sua aplicabilidade a outros territórios de baixa densidade e contextos transfronteiriços europeus configura uma agenda de investigação relevante, que poderá articular a avaliação de políticas culturais com perspectivas da sociologia do território, da governação multinível e da inovação social.

Referências

Haesbaert, R. (2004). *O mito da desterritorialização: do "fim dos territórios" à multiterritorialidade*. Bertrand Brasil

Lefebvre, H. (1974). *La production de l'espace*. Anthropos.



COMO CITAR ESTE DOCUMENTO

Silva, M., Coelho, S. L., & Campos, J. M. (2026). *Os impactos territoriais dos programas POCTEP e PIS no distrito de Castelo Branco*. S4P-25 Policy Brief 8050/2025. PLANAPP – Centro de Planeamento e de Avaliação de Políticas Públicas.

CONTACTO

science4policy@planapp.gov.pt

COPYRIGHT

© PLANAPP, 2026



[Ciência para as políticas públicas](#)



[PLANAPP](#)



[Newsletter](#)



[PLANAPP](#)



[@planapp](#)



[PLANAPP podcasts](#)



Este *policy brief* foi desenvolvido no âmbito do Science4Policy 2025 (S4P-25): Concurso de Estudos de Ciência para as Políticas Públicas, uma iniciativa do Centro de Planeamento e de Avaliação de Políticas Públicas (PLANAPP), em colaboração com a Fundação para a Ciência e a Tecnologia (FCT), financiada pelo Plano de Recuperação e Resiliência de Portugal. Linha temática S4P-25/03: Análise do impacto cultural e económico dos Programas POCTEP e PIS nos territórios transfronteiriços e de baixa densidade.

O conteúdo é da exclusiva responsabilidade dos seus autores e não vincula nem compromete o PLANAPP nem a FCT.